

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2026/18248</b>	<b>27527/2026</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Assunto do Processo		
<b>Proposta à Câmara Municipal - CPE.38.25.DMOSM_Aprovação da Adjudicação e aprovação da minuta do contrato.</b>		
Unidade Administrativa		
<b>DCP - UCE [ENTRADAS]</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

### PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na presente informação técnica.

Concurso Público: **CPE.38.25.DMOSM**

Empreitada de **"MUSEU DOS BISCAÍNHOS - REQUALIFICAÇÃO DE INSTALAÇÕES ELETROTÉCNICAS EXISTENTES"**.

Preço base (Pb): €305.051,79 (trezentos e cinco mil, cinquenta e um euros e setenta e nove cêntimos) (Sem IVA);

Prazo máximo de execução da empreitada: 120 (cento e vinte) dias.

**ASSUNTO: Aprovação da Adjudicação e aprovação da minuta do contrato.**

Proposta: Propõe-se a aprovação da adjudicação da empreitada supramencionada, ao concorrente **EUROEL, LDA**, pelo valor de **€297.246,00** (duzentos e noventa e sete mil, duzentos e quarenta e seis euros), a que acresce o IVA à taxa em vigor e pelo prazo de execução de 100 dias, nos termos do Relatório Final em anexo.

Propõe-se ainda a aprovação da minuta do contrato em anexo.

**DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**



**I - INTRODUÇÃO E IDENTIFICAÇÃO:**

Concurso Público: **CPE.38.25.DMOSM**

Empreitada de **"MUSEU DOS BISCAÍNHOS – REQUALIFICAÇÃO DE INSTALAÇÕES ELETROTÉCNICAS EXISTENTES"**.

Preço base (Pb): €305.051,79 (trezentos e cinco mil, cinquenta e um euros e setenta e nove cêntimos) (Sem IVA);

Prazo máximo de execução da empreitada: 120 (cento e vinte) dias.

**2.º Relatório Final de Análise e Ordenação das Propostas**

Reunião efetuada pelo júri do procedimento, em 11/05/2026, no âmbito do procedimento de formação do contrato de empreitada **"MUSEU DOS BISCAÍNHOS – REQUALIFICAÇÃO DE INSTALAÇÕES ELETROTÉCNICAS EXISTENTES"**, cujo anúncio n.º 462/2026, foi publicado no Diário da República, Parte L, II série, Número 6, de 9 de janeiro de 2026, com o objetivo de ponderar as observações dos concorrentes após a 2.ª audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do 1.º Relatório Final.

Por este meio assegura-se, assim, o cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 148.º do *Código dos Contratos Públicos* (doravante *CCP*), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as respetivas alterações e retificações em vigor.

**II – RESULTADO DA 2.ª AUDIÊNCIA PRÉVIA:**

Em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 148.º do CCP, o júri enviou a todos os concorrentes o 1.º Relatório Final, tendo fixado o prazo de cinco dias úteis para se



pronunciarem por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia, cujo resultado deste procedimento foi o seguinte:

Durante o prazo acima referido, foi rececionada a reclamação, que se anexa, apresentada pelo seguinte concorrente:

**- ENGIVOUGA – Serviços de Engenharia, Lda.**

## II.1 – ANÁLISE DA RECLAMAÇÃO APRESENTADA

### A. Pronúncia

A reclamação do concorrente ENGIVOUGA – Serviços de Engenharia, Lda., e para a qual se remete, traduz-se, de uma forma sucinta, em três pontos:

- i. Da invalidade ou insuficiência da declaração de compromisso do subempreiteiro apresentado pela empresa EUROEL, Lda.;
- ii. Da insuficiência do plano de mão de obra apresentado pela EUROEL, Lda.;
- e
- iii. Da insuficiência da fundamentação quanto ao artigo 2.3.2 – Reposição e Restauro de Pavimentos.

Solicitando, por isso, a exclusão da concorrente EUROEL, Lda. e, conseqüentemente, a reformulação da ordenação final, com a colocação da ENGIVOUGA em 1.º lugar.

### B. Análise

Analisado o teor da pronúncia apresentada pelo concorrente:

- i. Quanto à alegada falta de assinatura digital do subempreiteiro (Famaconcret):

Esclarece-se que o compromisso da entidade contratante é, invariavelmente, com o empreiteiro e não diretamente com o subempreiteiro, conforme decorre do artigo 383.º do Códigos do Contrato Públicos (doravante CCP), o qual poderá, inclusivamente, ser substituído em fase posterior da obra, nos termos do artigo 385.º do mesmo diploma.

A exigência legal de assinatura eletrónica prevista no artigo 57.º do CCP e no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015 aplica-se **estritamente ao proponente da proposta**.

Mais, nos termos do n.º 4 do artigo 54.º suprarreferido, os documentos que constituam cópias eletrónicas de originais físicos emitidos por terceiros podem ser assinados com recurso aos certificados qualificados de assinatura eletrónica do operador económico que os submete, atestando a sua conformidade com o original.



ii. Quanto à alegada insuficiência do plano de mão de obra

O plano de trabalhos deve fixar a sequência, prazos e espécies de trabalhos, permitindo o controlo efetivo da execução da obra pelo dono da mesma, conforme o artigo 361.º do CCP. A jurisprudência consolidada **TCA Sul** (proc. n.º 1129/21.7BELRA, 12/01/2023, relator Dora Lucas Neto; proc. 174/21.6BEALM, 23/06/2022, relator Ana Paula Martins), **TCA Norte** (proc. 00536/23.5BEPRT, 04/10/2023, relator Helena Ribeiro) e **STA** (proc. n.º 0947/17, 21/09/2017, relator Madeira dos Santos), defende que a exigência de referência às "espécies de trabalhos" não impõe uma reprodução exaustiva ou um nível de detalhe superior ao necessário para assegurar o controlo da empreitada. A imperfeição ou deficiência material do plano de trabalhos não constitui fundamento de exclusão da proposta quando este corresponda a um aspeto da execução do contrato submetido à concorrência. O plano deve ser apreciado segundo um critério de suficiência funcional. No caso concreto, o documento apresentado permite acompanhar o ritmo e a sequência dos trabalhos, não havendo violação clara de vinculação legal que sustente a exclusão.

iii. Quanto à fundamentação do Capítulo 2.3.2 (Reposição e Restauro de Pavimentos)

Os trabalhos de restauro especializados estão devidamente identificados no projeto (documento 01\_03MBis\_PE\_PEsc\_03\_signed.pdf), incidindo sobre **a) gesso trabalhado e liso, b) paredes com pinturas decorativas/frescos sobre reboco e em paredes com rebocos pintados em branco, c) rodapés de madeira acabados com pinturas decorativas, outras pinturas e vernizes e d) soalhos em madeira com e sem acabamentos.**

Analisando aquele documento, fica por demais demonstrado que o ponto 2.3.2 não se enquadra nos trabalhos especializados de conservação e restauro, uma vez que diz respeito apenas a pavimentos em saibro (material natural composto por areia argilosa e fragmentos de rocha), amplamente utilizado na construção civil comum. Diferentemente dos pontos 2.1.2 e 2.2.2, onde é expressamente exigida a intervenção ou supervisão de especialistas em restauro, a descrição técnica do ponto 2.3.2 não contém tal exigência, sendo a habilitação da EUROEL adequada para a sua execução.



2.1.2 2.1.2.1	Apoios Gerais e de Conservação e Restauro Tendo em conta o objeto da obra pequenas alterações de posição de caixas e aparelhos existentes resultarão na necessidade de trabalhos de apoio na abertura ranhuras, remoção e recolocação de elementos de madeira (pavimentos, rodapés e outros) para colocação de tramos de tubagem e caixas, seguidas de tapamento, reparação de rebocos e pinturas com apoio e supervisão de especialistas em conservação e restauro.	2.2.2 2.2.2.1	Apoios Gerais e de Conservação e Restauro Tendo em conta o objeto da obra pequenas alterações de posição de caixas e aparelhos existentes resultarão na necessidade de pequenos trabalhos de apoio na ampliação do nicho do QE existente para acomodar o novo QEP e um pequeno bastidor mural de 6U, incluído acabamento, pintura e a limpeza do nicho abertura ranhuras, remoção, arranjo e recolocação de elementos de madeira (sanca e outros) para colocação de tramos de tubagem e caixas, seguidas de tapamento, reparação de rebocos e pinturas com apoio e supervisão de especialistas em conservação e restauro.	2.3.2 2.3.2.1	Apoios Gerais e de Reposição e Restauro de Pavimentos Tendo em conta o objeto da obra alterações de posição dos locais de implantação previstos na infraestrutura de tubagem existente para luminárias e candeeiros resultarão na necessidade de trabalhos de escavação em pavimentos existentes em saibro, prevendo-se a abertura de valas nos caminhos pedonais com 0,50m de largura e 0,90m de profundidade, incluindo a remoção de excedentes a vazadouros devidamente autorizados.
2.1.2.2	Tendo em conta o objeto da obra e as características de algumas das áreas de intervenção pequenas alterações de posição de caixas e aparelhos existentes resultarão na necessidade de trabalhos de apoio na abertura ranhuras para colocação de tramos de tubagem e caixas, seguidas de tapamento, reparação de rebocos, estuques, elementos em gesso e de pinturas decorativas a realizar por pessoas qualificadas e especializadas na conservação e restauro dos elementos objeto da intervenção e particular na designada "Ala Império" do Museu.	2.2.2.2	Tendo em conta o objeto da obra e as características de algumas das áreas de intervenção pequenas alterações de posição de caixas e aparelhos existentes resultarão na necessidade de pequenos trabalhos de apoio na abertura ranhuras para colocação de tramos de tubagem e caixas, seguidas de tapamento, reparação de rebocos, estuques, elementos em gesso e de pinturas decorativas a realizar por pessoas qualificadas e especializadas na conservação e restauro dos elementos objeto da intervenção.	2.3.2.2	As valas previstas no artigo anterior obrigam à reposição de pavimentos com camada de acabamento em saibro abertas numa área bastante superior à das próprias valas de forma a assegurar-se a reposição dos mesmos em boa condições técnicas e segundo a especificação seguinte: Fornecimento e execução de pavimento de caminhos pedonais em saibro de cor amarelo igual e da mesma origem do existente, estabilizado com ligante tipo Activ-sol ou equivalente, numa espessura de 20 cm, incluindo abertura de caixa se necessário, carga e transporte dos produtos sobantes para unidade de valorização de resíduos licenciada e despesas inerentes ao tratamento dos mesmos, pendentes para as laterais a partir do centro, transporte, fornecimento, mão de obra e todos os trabalhos necessários à sua boa execução, conforme existente e instruções/esclarecimentos a fornecer pelo DO ou seus representantes.

### III – ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS:

Face ao que foi referido anteriormente, o júri deliberou não alterar o teor e as conclusões do 1.º relatório final, mantendo a seguinte ordenação:

POSIÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE	PREÇO	PRAZO DE EXECUÇÃO	PONTUAÇÃO GLOBAL
1.º	EUROEL, LDA	€297.246,00	100 dias	0,48
2.º	ENGIVOUGA - SERVIÇOS DE ENGENHARIA, LDA	€295.725,62	110 dias	0,36

### IV – ADJUDICAÇÃO E FORMALIDADES COMPLEMENTARES

#### IV. 1 – Adjudicação

Em consequência e pelo facto do concorrente **EUROEL, LDA**, ter ficado classificado em 1.º lugar, o júri deliberou propor que a presente empreitada lhe seja adjudicada pela quantia de **€297.246,00 (duzentos e noventa e sete mil, duzentos e quarenta e seis euros)**, a que acresce o IVA à taxa em vigor e pelo prazo de execução de **100 dias**.



## 2 – Compromisso

Para os devidos efeitos, junta-se a informação do compromisso n.º 136356 de 25/05/2026.

## 3 – Caução

Não é exigida a prestação de caução.

Para garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, serão retidos 10% dos pagamentos a efetuar.

## 4 – Documentos de Habilitação

Nos termos do artigo 23.º do Programa do Concurso, o prazo para apresentação dos documentos de habilitação é de 10 (dez) dias úteis.

## 5 – Contrato Escrito

- **Minuta do contrato**

Propõe-se, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do CCP, a aprovação da minuta do contrato, em anexo, a celebrar com o adjudicatário.

## 6 – Notificação da Adjudicação

Face ao que antecede, e se as propostas aqui formuladas merecerem a aprovação superior, proceder-se-á, nos termos do n.º 1 do artigo 77.º do CCP, ao envio da notificação da adjudicação ao adjudicatário e, em simultâneo, aos restantes concorrentes, a qual será acompanhada do “2.º Relatório Final”.

Nos termos do n.º 2 do artigo 77.º do CCP, o adjudicatário será igualmente notificado:

- Para apresentar os documentos de habilitação exigidos no prazo fixado e nos termos do artigo 81.º do CCP;
- Para se pronunciar sobre a minuta do contrato;
- Para prestar a Caução.

25 de maio de 2026  
O Júri do Procedimento,

### Em anexo:

- Pronúncia apresentada em sede de 2.ª audiência prévia; 1.º Relatório Final; Relatório Preliminar.



**Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Braga**

**Exmo. Júri do Procedimento**

**Concurso Público n.º CPE.38.25.DMOSM**

**Empreitada:** “Museu dos Biscainhos – Requalificação de Instalações Eletrotécnicas Existentes”

**Assunto:** Pronúncia sobre o Relatório Final / reclamação da admissão e ordenação da proposta da EUROEL, LDA.

**ENGIVOUGA – SERVIÇOS DE ENGENHARIA, LDA.**, concorrente no procedimento em referência, notificada do Relatório Final de Análise e Ordenação das Propostas, vem pronunciar-se, requerendo a exclusão da proposta da **EUROEL, LDA.**, ou, subsidiariamente, a anulação da decisão de aprovação do Relatório Final e a reapreciação fundamentada da proposta da EUROEL, nos termos seguintes.

#### **I. Da necessidade de reapreciação da proposta da EUROEL**

1. O Relatório Final acolheu parcialmente a pronúncia apresentada pela ENGIVOUGA quanto às propostas da INDEXVOLTAGE e da KPM, mas manteve admitida a proposta da EUROEL.
2. A decisão do júri quanto à EUROEL assenta, em síntese, na consideração de que a EUROEL detém alvará para os trabalhos de maior valor, correspondentes à 4.ª subcategoria da 4.ª categoria, e que apenas subcontratou à Famaconcret, Lda. os trabalhos da 1.ª categoria, 10.ª subcategoria, pelo valor de €5.833,04.
3. Porém, a apreciação do júri não esgota as desconformidades da proposta da EUROEL.
4. A manutenção da proposta da EUROEL revela vícios próprios, designadamente quanto à validade formal e vinculativa da declaração de compromisso da Famaconcret, quanto à efetiva afetação de meios especializados aos trabalhos de conservação/restauro e quanto à insuficiência da fundamentação do Relatório Final no que respeita aos trabalhos de reposição e restauro de pavimentos.

#### **II. Da invalidade ou insuficiência da declaração de compromisso da Famaconcret**

5. A proposta da EUROEL depende necessariamente da mobilização da habilitação da Famaconcret, Lda. para a 1.ª categoria, 10.ª subcategoria, no valor declarado de €5.833,04.
6. O Programa do Concurso exige, sob pena de exclusão, a apresentação da declaração de compromisso da execução dos trabalhos pelo subempreiteiro, se aplicável.
7. O mesmo Programa exige que todos os documentos da proposta sejam assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada.



8. A declaração de compromisso da Famaconcret não é um documento irrelevante ou acessório: é o documento que permite à EUROEL tentar suprir a sua falta de titularidade própria da 10.ª subcategoria da 1.ª categoria.
9. Sucede que, da validação dos documentos disponibilizados, a declaração intitulada “Declaração de Subempreiteiro” da Famaconcret aparenta encontrar-se assinada apenas por representante da EUROEL, LDA., e não por representante legal da Famaconcret, Lda.
10. A assinatura eletrónica qualificada da EUROEL não vincula a Famaconcret.
11. Assim, se a Famaconcret não subscreveu validamente a declaração de compromisso por assinatura eletrónica qualificada de representante com poderes para a obrigar, não existe documento válido de compromisso do subempreiteiro.
12. Sem declaração válida da Famaconcret, a proposta da EUROEL fica desprovida do documento exigido pelo artigo 12.º, n.º 1, alínea f), do Programa do Concurso.
13. Fica, igualmente, sem demonstração bastante da possibilidade de mobilização da habilitação da Famaconcret para a 1.ª categoria, 10.ª subcategoria.
14. Não se trata de mera irregularidade formal sem impacto substantivo.
15. Está em causa a própria existência de uma declaração negocial de terceiro, sem a qual a EUROEL não pode aproveitar as habilitações da Famaconcret.
16. Uma eventual ratificação posterior pela Famaconcret não pode ser admitida se tiver por efeito confirmar ex novo, depois do termo do prazo de apresentação das propostas, uma vinculação de terceiro essencial à cobertura habilitacional da proposta.
17. Caso a entidade adjudicante entenda que está perante uma cópia eletrónica de um documento físico original emitido pela Famaconcret, então deve exigir a apresentação do original físico, a identificação do subscritor, a comprovação dos respetivos poderes de representação e o relatório de validação das assinaturas eletrónicas constantes da plataforma.
18. Em qualquer caso, o Relatório Final é omissivo quanto a esta questão, limitando-se a referir genericamente as “declarações apresentadas”, sem verificar se a declaração do subempreiteiro foi validamente subscrita pelo próprio subempreiteiro.
19. Por esse motivo, a proposta da EUROEL deve ser excluída, ou, subsidiariamente, deve ser determinada a reapreciação da sua admissibilidade mediante validação formal da declaração de compromisso da Famaconcret.



### III. Da insuficiência do plano de mão de obra quanto aos trabalhos de conservação/restauro

21. A proposta da EUROEL contém trabalhos expressamente identificados como “Apoios Gerais e de Conservação e Restauro”.
22. A própria lista de preços unitários refere que esses trabalhos exigem apoio e supervisão de especialistas em conservação e restauro e, em certos casos, execução por pessoas qualificadas e especializadas na conservação e restauro dos elementos objeto da intervenção.
23. No entanto, o Plano de Mão de Obra da EUROEL não identifica qualquer conservador-restaurador, técnico de conservação/restauro, equipa especializada da Famaconcret, nem qualquer outro recurso humano especificamente habilitado para os trabalhos de conservação/restauro.
24. O plano de mão de obra limita-se a categorias genéricas, como eletricista, servente, trolha/pedreiro, desenhador ou manobrador.
25. Esta desconformidade é particularmente relevante porque os trabalhos de conservação/restauro não são marginais no plano de execução: o capítulo 2.1.2 é programado durante 81 dias, incluindo 31 dias para o artigo 2.1.2.1 e 50 dias para o artigo 2.1.2.2.
26. O Programa do Concurso exige que o plano de mão de obra especifique os meios necessários para a execução dos trabalhos previstos no caderno de encargos, com respeito pelo prazo de execução, sequência e prazos parciais.
27. Não basta, por isso, apresentar um plano genérico de mão de obra elétrica e de construção civil.
28. Quando a lista de preços unitários prevê expressamente trabalhos com intervenção de especialistas em conservação e restauro, o plano de mão de obra deve identificar tais meios especializados.
29. A falta dessa identificação torna a proposta materialmente insuficiente e incoerente: por um lado, a EUROEL propõe executar trabalhos que exigem especialistas; por outro, não afeta esses especialistas ao plano de execução.
30. A memória justificativa não sana esta deficiência, antes a confirma, ao referir genericamente a possibilidade de contratar ou subcontratar meios caso venha a verificar-se insuficiência ou indisponibilidade.
31. A proposta deve demonstrar, no momento da sua apresentação, os meios com que o concorrente se propõe executar a empreitada, não podendo remeter essa demonstração para momento posterior à adjudicação.



32. A omissão de meios especializados exigidos pela própria lista de preços unitários viola o artigo 12.º, n.º 1, alínea g), do Programa do Concurso.

#### **IV. Da insuficiente fundamentação quanto ao artigo 2.3.2 — Reposição e Restauro de Pavimentos**

33. O Relatório Final considera que os trabalhos de restauro correspondem aos pontos 2.1.2 e 2.2.2, abrangidos pelo valor de €5.833,04 subcontratado à Famaconcret.
34. Porém, a proposta da EUROEL contém igualmente o capítulo 2.3.2, denominado “Apoios Gerais e de Reposição e Restauro de Pavimentos”.
35. Esse capítulo inclui, pelo menos, o artigo 2.3.2.1, relativo a trabalhos de escavação em pavimentos existentes, no valor de €15.144,00.
36. O Relatório Final não aprecia este capítulo.
37. Não esclarece se estes trabalhos são considerados trabalhos de restauro, trabalhos de construção civil, trabalhos acessórios, ou trabalhos abrangidos pela 4.ª subcategoria da 4.ª categoria.
38. A falta desta análise é determinante, porque a declaração de preços parciais da EUROEL apenas distribui o valor da proposta entre:
- a) 4.ª categoria, 4.ª subcategoria, no valor de €291.412,96;
- b) 1.ª categoria, 10.ª subcategoria, no valor de €5.833,04.
39. Se os trabalhos do capítulo 2.3.2 forem trabalhos de restauro, reposição ou conservação de pavimentos, então o valor declarado para a 1.ª categoria, 10.ª subcategoria, é manifestamente insuficiente.
40. Se não forem trabalhos de restauro, então competia ao júri identificar expressamente a categoria/subcategoria habilitacional aplicável e demonstrar qual o título habilitacional que os cobre.
41. O Relatório Final não faz essa demonstração.
42. A fundamentação apresentada é, por isso, incompleta e insuficiente, não respondendo de forma integral à desconformidade suscitada pela ENGIVOUGA.

#### **V. Pedido**

Nestes termos, requer-se que:

- a) seja admitida a presente pronúncia;



- b) seja reconhecida a insuficiência formal e substantiva da declaração de compromisso da Famaconcret, Lda., caso se confirme que a mesma não foi assinada eletronicamente por representante da própria Famaconcret com poderes para a obrigar;
- c) seja determinada a exclusão da proposta da EUROEL, LDA., por falta de documento válido de compromisso do subempreiteiro e por insuficiente demonstração da cobertura habilitacional exigida;
- d) seja reconhecida a insuficiência do plano de mão de obra da EUROEL quanto à afetação de especialistas em conservação/restauro, em desconformidade com a lista de preços unitários e com o Programa do Concurso;
- e) seja reconhecida a insuficiência de fundamentação do Relatório Final quanto aos trabalhos do capítulo 2.3.2 — “Apoios Gerais e de Reposição e Restauro de Pavimentos”;
- f) subsidiariamente, caso não se entenda pela exclusão imediata da EUROEL, seja determinada a reapreciação fundamentada da proposta da EUROEL, com verificação expressa:
  - i) do relatório de validação das assinaturas eletrónicas de todos os documentos de compromisso de subempreitada;
  - ii) da identidade e poderes de representação de quem subscreveu a declaração da Famaconcret;
  - iii) da existência, ou não, de assinatura eletrónica qualificada da Famaconcret;
  - iv) da classificação habilitacional dos trabalhos dos capítulos 2.1.2, 2.2.2 e 2.3.2;
  - v) dos meios humanos especializados efetivamente afetos aos trabalhos de conservação/restauro;
  - vi) da compatibilidade entre lista de preços unitários, declaração de preços parciais, compromisso de subempreitada, plano de mão de obra, plano de equipamentos e memória justificativa;
- g) seja reformulada a ordenação das propostas, com colocação da ENGIVOUGA em 1.º lugar, caso a proposta da EUROEL seja excluída.

Pede deferimento.

Oliveira do Bairro, 30 de abril de 2026

Assinatura,

  

---



**MINUTA / CONTRATO DE EMPREITADA N.º CPE.38.25.DMOSM**

**“MUSEU DOS BISCAÍNHOS\_REQUALIFICAÇÃO DE INSTALAÇÕES ELETROTÉCNICAS  
EXISTENTES”**

ENTRE

**Primeira: MUNICÍPIO DE BRAGA**, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, aqui representado por **João Vasconcelos Barros Rodrigues**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para obrigar, doravante identificada por «**Dono da Obra**»;

E

**Segunda: EUROEL, LDA.**, com sede na Rua Remígio Costa, 212, Pavilhão 9, 4760-042, Antas, Vila Nova de Famalicão, pessoa coletiva n.º 508767482, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o mesmo número, com o capital social de €..... (.....), aqui representada por....., na qualidade de....., com poderes para obrigar, conforme....., doravante identificada por «**Empreiteiro**».

**Considerando que:**

- a) Por deliberação da Câmara Municipal de Braga, de 22 de dezembro de 2025, o dono da obra, na qualidade de entidade adjudicante, promoveu o procedimento por Concurso Público: CPE.38.25.DMOSM, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as respetivas alterações e republicações em vigor;
- b) A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente ao presente contrato, a realizar no ano económico em curso, é a seguinte: 07/07010307, de acordo com a informação de cabimento n.º 99410 de 16/12/2025 e com a informação de compromisso n.º 136356 de 25/05/2026. \_\_\_\_
- c) No seguimento do Relatório Final de Análise e Avaliação das Propostas, por deliberação da Câmara Municipal de Braga, de ..... de ..... de 2026, o dono da obra adjudicou ao empreiteiro a obra objeto do referenciado



**MUNICÍPIO DE BRAGA**

- procedimento, tendo, em simultâneo, aprovado a minuta do contrato, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do referido Código; \_\_\_\_\_
- d) O empreiteiro fica subordinado às exigências de interesse público de conclusão atempada da obra, objeto do contrato; \_\_\_\_\_
- e) Não foram efetuados ajustamentos ao conteúdo do contrato, nos termos do artigo 99.º do *Código dos Contratos Públicos*; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_É celebrado o presente contrato de empreitada, que se regerá pelos termos e condições constantes dos artigos seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam. \_\_\_\_\_

**Artigo 1.º**

**(Objeto do contrato)**

\_\_\_\_\_1. O presente contrato tem por objeto a execução, pelo empreiteiro, dos trabalhos referentes à empreitada de **“MUSEU DOS BISCAÍNHOS – REQUALIFICAÇÃO DE INSTALAÇÕES ELETROTÉCNICAS EXISTENTES”**, nos termos e condições jurídicas e técnicas constantes dos documentos que instruem o processo do procedimento identificado no considerando a) do presente contrato, e que integram o seu âmbito de aplicação, devidamente concretizados no n.º 2 do artigo 96.º do *Código dos Contratos Públicos*. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2. Os trabalhos de empreitada desenrolar-se-ão de harmonia com o projeto patenteado no concurso, nos termos e condições constantes da proposta do empreiteiro, designadamente do plano de trabalhos, e obedecerão ao prescrito no caderno de encargos e nas diferentes peças que integram o processo de concurso. \_\_\_\_\_

**Artigo 2.º**

**(Local da obra)**

\_\_\_\_\_Os trabalhos de empreitada serão executados no Museu dos Biscaínhos, na União de Freguesias de **Maximinos, Sé e Cidade**, no concelho de Braga, conforme indicado nos documentos que integram o processo do procedimento identificado no considerando a). \_\_\_\_\_

**Artigo 3.º**

**(Preço contratual)**

\_\_\_\_\_O preço contratual a pagar ao empreiteiro, em resultado da proposta adjudicada, pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, é o de **€297.246,00 (duzentos e noventa e sete mil, duzentos e quarenta e seis euros)**, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor. \_\_\_\_\_



**Artigo 4.º**

**(Condições de pagamento)**

\_\_\_\_ 1. A forma, os prazos e os demais termos de processamento dos pagamentos são os previstos nas cláusulas gerais do caderno de encargos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ 2. No âmbito da execução do presente contrato, o empreiteiro fica obrigado, em conformidade com o disposto no artigo 299.º-B do *Código dos Contratos Públicos*, a emitir faturas eletrónicas. \_\_\_\_\_

**Artigo 5.º**

**(Revisão de preços)**

\_\_\_\_ 1. A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, e obedecerá à fórmula prevista na cláusula 36.ª das cláusulas gerais do caderno de encargos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ 2. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ 3. Caso a revisão de preços venha a ser de sinal negativo, o empreiteiro fica obrigado a proceder ao pagamento do valor em dívida ao dono da obra, no prazo equivalente ao prazo de pagamento definido na cláusula 32.ª, n.º 6 do caderno de encargos, ou seja 60 (sessenta) dias, a contar da respetiva notificação, sob pena de execução da caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais. \_\_\_\_\_

**Artigo 6.º**

**(Prazos de execução da empreitada)**

\_\_\_\_ O prazo global para a conclusão integral dos trabalhos de empreitada é de **100 dias** de calendário contados da data da consignação da obra, devendo os trabalhos estar perfeita e integralmente concluídos, cumprido que esteja aquele prazo, nos termos previstos na cláusula 11.ª do caderno de encargos, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 362.º do *Código dos Contratos Públicos*. \_\_\_\_\_

**Artigo 7.º**

**(Cessão da posição contratual)**

\_\_\_\_ 1. A cessão da posição contratual por parte do empreiteiro, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 318.º do referido Código. \_\_\_\_\_



**MUNICÍPIO DE BRAGA**

\_\_\_\_2. A apresentação, por parte do empreiteiro, do pedido de autorização ao dono da obra não suspende a normal execução do contrato, permanecendo o empreiteiro integralmente obrigado ao perfeito e pontual cumprimento das suas obrigações contratuais.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_3. O dono da obra autorizará ou não a pretendida cessão de posição contratual por consideração de critérios de legalidade e oportunidade.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_4. Caso o dono da obra não emita autorização prévia escrita para a pretendida cessão de posição contratual no prazo de 8 (oito) dias contados da apresentação do respetivo requerimento, considera-se a pretensão indeferida.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_5. A cessão de posição contratual pelo dono da obra produzir-se-á por notificação dirigida ao empreiteiro, sem prejuízo do disposto no artigo 324.º do *Código dos Contratos Públicos*.\_\_\_\_\_

**Artigo 8.º**

**(Cessão da posição contratual por incumprimento do empreiteiro)**

\_\_\_\_1. O dono da obra pode, nos termos previstos no artigo 318.º-A, do *Código dos Contratos Públicos*, impor ao empreiteiro a cessão, por este, da sua posição no contrato, em caso de incumprimento, por este, das suas obrigações, sempre que se mostrem reunidos os pressupostos para a resolução do contrato.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. A cessão da posição contratual ocorrerá por mero efeito de ato do dono da obra, sendo eficaz a partir da data indicada por este.\_\_\_\_\_

**Artigo 9.º**

**(Subcontratação)**

\_\_\_\_1. A subcontratação, por parte do empreiteiro, de parte da sua prestação contratual, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, ou já assumida expressamente na proposta, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 318.º do referido Código.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. A autorização à subcontratação pelo empreiteiro rege-se pelo disposto no artigo 319.º do *Código dos Contratos Públicos*.\_\_\_\_\_

**Artigo 10.º**

**(Caução)**

\_\_\_\_Para garantia da celebração do presente contrato, bem como do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, o dono da obra procederá à retenção de **10%** do valor de todos os pagamentos a efetuar, a título de



**MUNICÍPIO DE BRAGA**

caução, nos termos do disposto no n.º 3 ao artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, conforme previsto no caderno de encargos.\_\_\_\_\_

**Artigo 11.º**

**(Liberação da caução)**

\_\_\_\_\_A caução será liberada nos termos previstos no artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos.\_\_\_\_\_

**Artigo 12.º**

**(Gestor do contrato)**

\_\_\_\_\_1. O dono da obra designa o **Eng.º Rui Dias**, como gestor do presente contrato, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo do disposto no número seguinte.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2. Fica reservado ao órgão decisor do dono da obra a competência para a emissão de declarações negociais e de atos que revistam a natureza de atos administrativos respeitante à interpretação, à validade, à execução, modificação ou resolução do contrato.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3. O dono da obra poderá, a todo o tempo e mediante notificação simples dirigida ao empreiteiro, substituir o gestor do contrato.\_\_\_\_\_

**Artigo 13.º**

**(Comunicações e notificações)**

\_\_\_\_\_1. As comunicações e notificações de atos administrativos, jurídicos ou de qualquer outra natureza feitas durante a fase de execução do contrato, entre o dono da obra e o empreiteiro, devem ser escritas e expedidas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2. Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 468.º do Código dos Contratos Públicos, os outorgantes convencionam as informações de contacto seguintes:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_a) Primeira outorgante e aqui dono da obra:

\_\_\_\_\_b) Segunda outorgante e aqui empreiteiro:

\_\_\_\_\_3. As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_4. Tratando-se de comunicações efetuadas por telecópia a data da notificação corresponde à data constante no relatório de transmissão bem-sucedido.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_5. As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte.\_\_\_\_\_



**Artigo 14.º**

**(Confidencialidade e proteção de dados pessoais)**

\_\_\_\_1. O empreiteiro obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo dono da obra ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. Os dados pessoais a que o empreiteiro tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do dono da obra.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_3. O empreiteiro compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo dono da obra.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_4. No caso em que o empreiteiro seja autorizado pelo dono da obra a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_5. O empreiteiro obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na **Lei da Proteção de Dados Pessoais** (Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, doravante designada por LPDP), e demais legislação aplicável, em particular o **Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016**, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o empreiteiro celebre com outras entidades por si subcontratadas.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_6. O empreiteiro obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;\_\_\_\_\_



**MUNICÍPIO DE BRAGA**

\_\_\_\_\_d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o dono da obra esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do dono da obra contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_f) Prestar ao dono da obra toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o dono da obra informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_7. O empreiteiro será responsável por qualquer prejuízo em que o dono da obra venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_8. Para efeitos do disposto no número anteriores, entende-se por "colaborador" toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao empreiteiro, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o empreiteiro e o referido colaborador.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra.\_\_\_\_\_

**Artigo 15.º**

**(Invalidade parcial)**

\_\_\_\_\_Se alguma das disposições deste contrato vier a ser considerada nula ou inválida, tal não afetará a validade do restante clausulado, que se manterá plenamente em vigor.\_\_\_\_\_



**Artigo 16.º**

**(Foro competente)**

\_\_\_\_Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência dos tribunais ou juízos especializados em razão da matéria que se encontrem na jurisdição do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga. \_\_\_\_\_

**Artigo 17.º**

**(Legislação aplicável)**

\_\_\_\_Em tudo, o que não esteja integralmente previsto neste contrato aplica-se o disposto no caderno de encargos, e no Código dos Contratos Públicos e restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à segurança, higiene e saúde no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros. \_\_\_\_\_

**Artigo 18.º**

**(Despesas do contrato e encargos do empreiteiro)**

\_\_\_\_1. Todas as despesas com a celebração do presente contrato serão da responsabilidade do empreiteiro. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. Constituem encargo do empreiteiro as despesas relativas à prestação da caução e resultantes do pagamento dos prémios dos seguros exigidos. \_\_\_\_\_

**Artigo 19.º**

**(Vigência)**

\_\_\_\_Dado que a presente empreitada é financiada por fundos europeus, o presente contrato entra em vigor na data da sua assinatura, e produz todos os seus efeitos antes da decisão do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 17.º-A da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, introduzido pela Lei n.º 43/2024, de 2 de dezembro. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_Por ser esta a vontade dos outorgantes, livremente expressa, e depois de lido e achado conforme, vão eles assinar digitalmente o presente contrato, considerando-se a data efetiva da sua celebração a data de aposição da última assinatura. \_\_\_\_\_

**Pelo Dono da Obra,**

**Pelo Empreiteiro,**

\_\_\_\_\_  
(João Vasconcelos Barros Rodrigues)

\_\_\_\_\_  
(.....)

